



NOS ESCRITOS DE ANCHIETA, A ARQUITETURA DE UMA NAÇÃO

The Architecture of a Nation in the Writings of Anchieta

MARIA ASCENÇÃO FERREIRA APOLÔNIA
(*sócia titular do IHGSP*)

Resumo

Este artigo é o resultado de uma releitura dos escritos históricos de Anchieta, em particular de suas *Cartas*, no intuito de dar a conhecer a Província Brasílica a partir do olhar e das experiências do jesuíta canarino. Extraímos dos registros históricos, passando pelos *Sermões*, dados da maior relevância para delinear os primeiros retratos do Brasil, os costumes indígenas dos primórdios da colonização e a implantação do projeto real de ensino e catequese para a Terra de Santa Cruz. Detivemo-nos, com especial atenção, no relato das pequenas iniciativas e na descrição das ações e celebrações habituais que, não obstante a normalidade, contribuíram para a formação de um substrato moral de valores intangíveis e de paradigmas de comportamento sem os quais dificilmente chegaríamos a ser o povo e a Nação que somos.

Palavras-chave: Literatura de Informação. História. Cristianismo. Antropologia.

Abstract

This article is the result of another reading of Anchieta's historical writings, mainly of his *Letters*, in order to make the Brazilian Indian Province known from the Canarian jesuit's view and experiences. Starting from the historical registers, and going over his *Sermons*, we took very relevant data to delineate the first portraits of Brazil, the Indian conventions in the early times of colonization, and the implementation of the real project of education and catechesis for the Land of Santa Cruz. We were very attentive to both the report of little initiatives and the descriptions of habitual actions and celebrations that (despite the normality) contributed to the formation of a moral substrate of intangible values, as well as of behavioral paradigms. Without such substrate and paradigms we would hardly be the people and the nation we are nowadays.

Keywords: Information literature. History. Christianity. Anthropology.

Introdução

Este artigo* é o resultado de uma nova leitura dos escritos históricos de Anchieta, em particular de suas *Cartas*, no intuito de dar a conhecer a Província Brasília a partir do olhar e das experiências do jesuíta canarino. Para levar a cabo a proposta, apresentaremos a partir dos registros históricos, passando pelos *Sermões*, dados da maior relevância para delinear os primeiros retratos do Brasil, os costumes indígenas dos primórdios da colonização e a implantação do projeto real de ensino e catequese para a Terra de Santa Cruz. Nós nos detemos ainda no relato das pequenas iniciativas e na descrição das ações e celebrações habituais dos jesuítas que, não obstante a normalidade, contribuíram para a formação de um substrato moral de valores intangíveis e de paradigmas de comportamento sem os quais dificilmente chegaríamos a ser o povo e a Nação que somos. A subdivisão das partes deste trabalho obedeceu à sequência de temas mencionada. No fragmento sobre o ensino e a catequese, comentaremos alguns apontamentos de Anchieta sobre a adesão dos indígenas à formação cristã; eles evidenciam ser incongruente a proposição de que a catequese estaria à margem da cultura indígena, e não viria ao encontro das aspirações dos brasis. Convém ainda ressaltar que a última parte (“*A formação do povo*”) assume um caráter conclusivo, uma vez que os temas anteriores convergem para elucidar algumas das contingências histórico-culturais que propiciaram a aliança entre a unidade e a diversidade étnica do povo no processo de construção da Nação brasileira.

Retratos do Brasil

Nas páginas iniciais de “*Informações*” sobre a Província Brasília (1584), José de Anchieta reúne alguns dados sobre o número e a localização das primeiras capitanias. Dá-nos, assim, uma visão de conjunto do povoamento e da deslocação dos primeiros núcleos habitados, geralmente em razão das contingências de defesa do território e de atendimento aos portugueses e indígenas nas primeiras décadas da colonização:

(...) Tem a Província do Brasil sete capitanias nomeadas, scilicet: Pernambuco, Baía, Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Vicente. (...) A Baía e Rio de Janeiro são d’El Rei

* Comunicação apresentada no Simpósio São José de Anchieta, Apóstolo do Brasil e Artífice da Nacionalidade, realizado no Rio de Janeiro, no dia 18 de março de 2015, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e pela Academia Fides et Ratio. Texto também incluído em *ATAS do Simpósio São José de Anchieta, Apóstolo do Brasil e Artífice da Nacionalidade*. Rio de Janeiro: IHGB/AFR, 2016.



e cidades e todas as mais capitâneas são senhorio e vilas. De Pernambuco que é a primeira capitania, está em oito graus, até São Vicente, que é a última e está no trópico de Capricórnio quase em 24°, póde haver 350 léguas por costa correndo-se de Norte-Sul, Nordeste-Sudoeste, e de São Vicente até a lagoa dos Patos, onde começa a nação dos Carijós, que sempre foram da conquista de Castela, póde haver 90 léguas pelo mesmo rumo.* (p.310)

Quando se reporta a São Vicente, cita a ilha de Santo Amaro, que foi povoada por “*seu capitão e moradores e um engenho de açúcar, mas com a perseguição continua dos Tamoios, Índios do Rio de Janeiro, despovoou, nem tem justiça particular, tudo se reputa por São Vicente*” (p. 309). Tendo como pano de fundo esse singelo mapeamento delineado pelo canarino, podemos nos ater às *Cartas*, que constituem o *corpus* mais relevante deste artigo sobre a arquitetura da Nação brasileira.

Na *Carta X*, de maio de 1560, dirigida ao Padre Geral Diogo Laínez, Anchieta obedece às expectativas dos irmãos jesuítas e de muitos europeus desejosos de conhecer o que no Brasil é “*digno de admiração ou desconhecido nessa parte do mundo [Península Ibérica]*” (p. 113). Esse gênero de literatura, denominada de informação, conheceu ampla difusão nos países que tiveram a iniciativa dos descobrimentos e nas Cortes vizinhas, ansiosas por conhecer e explorar o Novo Mundo. Os diários de bordo, as crônicas e os relatos sobre as regiões antes desconhecidas circulavam e competiam, com crescente vantagem, com as novelas de cavalaria no interesse da sociedade quinhentista que, em pouco tempo, passou dos *Mirabilia* da Idade Média para a Literatura de Viagens e de Informação.

Anchieta, em suas diversas *Cartas*, revela os dotes de cronista e agudo observador da natureza brasileira. A *Carta X*, tal como a missiva de Pero Vaz de Caminha, chama-nos a atenção pelo realismo e a riqueza de detalhes com que o jesuíta caracteriza o clima e a localização dos primitivos aldeamentos. Sua linguagem é concreta, concisa e flexível; resultado do esforço de extrair, dos poucos mecanismos de linguagem disponíveis, a expressão de realidades e circunstâncias ainda não experimentadas, de modo a se fazer compreender pelo interlocutor europeu.

Os trovões, no entanto, fazem tão grande estampido, que causam muito terror mas raramente arremessam raios; os relâmpagos

* Escolhemos, para estudo dos escritos históricos de Anchieta, a edição de Afrânio Peixoto com Posfácio de Antônio Alcântara Machado, editada por Itatiaia e Edusp (1988), a partir das *Cartas Jesuíticas III* (1933), organizadas por Capristano de Abreu.

lançam tanta luz, que diminuem e ofuscam totalmente a vista, e parecem disputar com o dia na claridade; a isto se ajuntam os violentos e furiosos pegões de vento, que sopra com ímpeto tão forte, que nos leva a ajuntarmo-nos alta noite e correremos às armas da oração contra o assalto da tempestade, e a sairmos algumas vezes de casa por fugir ao perigo de sua queda; vacilam as habitações abaladas pelos trovões, caem as árvores e todos se aterram. (p. 114)

Em poucas pinceladas, ele nos descreve o fenômeno das chuvas tropicais, alternando a plasticidade do cenário com uma rápida nota narrativa, para exprimir paralelamente a violência da tempestade e a consequente repercussão do fenômeno nos religiosos.

Em outro excerto, que poderíamos considerar cinematográfico, delinea passo a passo a alteração do vento e da cor das nuvens para relatar, com a vivacidade de quem testemunhou o acontecimento, a formação de uma tempestade devastadora em São Paulo:

Não há muitos dias, estando nós em Piratininga, começou depois do pôr do sol, o ar a turvar-se de repente, a enublar-se o céu, a amiudarem-se os relâmpagos e trovões, levantando-se então o vento sul a envolver, pouco a pouco a terra, até que, chegando ao Nordeste de onde quase sempre costuma vir a tempestade, caiu com tanta violência que parecia ameaçar-nos o Senhor com a destruição (...). (p.114-5)

Importa destacar que Anchieta, homem à altura das transformações da Idade Moderna, está também impregnado da mentalidade dos navegadores e cronistas do século XVI, que buscaram empiricamente transcrever o que viam e observavam; alguns sem toda a consciência do valor histórico do seu registro, em que se abriam amplos e novos caminhos para o conhecimento científico.

Para completar o quadro, e fiel ao objetivo de divulgar tudo o que causaria impacto aos olhos do Velho Mundo, Anchieta descreve os efeitos aterradores da tempestade, ao lado da reação, para ele inusitada, dos índios:

(...) arrebatou telhados e derribou as matas; a árvores de colossal altura arrancou pelas raízes, partiu pelo meio outras menores, despedaçou outras, de tal maneira que ficaram obstruídas as estradas e nenhuma passagem havia pelos bosques: era para admirar quantos estragos de casa e árvores produziu no espaço de meia hora (pois não durou mais do que isso). (...) o que, porém, no meio de tudo isso, se tornou mais digno de admiração, é que os Índios,



que nessa ocasião se compraziam em bebidas e cantares (como costumam), não se aterraram com tanta confusão de cousas, nem deixaram de dançar e beber, como se tudo estivesse em completa tranquilidade. (p.115)

Por meio da gradação e da rápida sequência de verbos de ação, Anchieta imprime à frase um ritmo rápido, tenso e vibrante, que reflete a dramaticidade da experiência vivida. Com efeito, o religioso agrega à narração o ingrediente subjetivo de quem sofreu o assombro de presenciar, provavelmente pela primeira vez, a destruição desencadeada em pouco tempo pela chuva tropical; em contraste com a serenidade dos índios, certamente habituados às devastações do verão brasileiro.

Depois dos registros geográficos e climatológicos, em especial, de São Paulo e São Vicente, o prosador expõe uma lista, bastante exaustiva para o gênero carta, dos animais, das plantas, das ervas e raízes com propriedades medicinais. Acompanhemos a forma cuidadosa como delimita, para o interlocutor europeu, o tamanho, a cor e a serventia do peixe-boi; muitas vezes, fazendo uso de comparações para descrever o desconhecido:

Há um certo peixe a que chamamos boi-marinho, os Índios o denominam iguaraguá, frequente na capitania do Espírito Santo e em outras localidades para o Norte, onde o frio ou não é tão rigoroso, ou é algo tanto diminuto e menos que entre nós; este peixe de um tamanho imenso; alimenta-se de ervas como indicam as grammas mastigadas presas nas rochas banhadas por mangues. Excede ao boi na corpulência; é coberto de uma pele dura assemelhando-se na cor à do elefante; tem junto aos peitos, uns como dois braços, com que nada, e embaixo deles tetas com que aleita os próprios filhos; tem a boca inteiramente semelhante à do boi. (p.117-8)

Atentemos para o rigor próprio do naturalista que não só fornece as informações sobre a alimentação do peixe-boi, mas ainda acrescenta as circunstâncias que o levaram a inferir que o animal se alimentava de ervas. Em seguida, servindo-se de sua condição de missionário, em luta pela sobrevivência e bem adaptado aos costumes da terra, tece considerações sobre a utilidade do peixe-boi, enaltecendo as propriedades do animal brasileiro ao confrontá-las com a manteiga da Península Ibérica:

É, excelente para comer-se, não saberias, porém discernir se deve ser considerado como carne ou antes como peixe: da sua gordura, que está inerente à pele e mormente em torno da cauda, leva-

da ao fogo faz-se um molho, que pode bem comparar-se à manteiga e não sei se a excederá; o seu óleo serve para temperar todas as comidas: todo seu corpo é cheio de ossos sólidos e duríssimos, tais que podem fazer as vezes de marfim. (p. 118)

Em alguns parágrafos é possível surpreender o deslumbramento daquele olhar originário que acompanha o crescimento e a transformação das aves, e que se deixa fascinar pela exuberância de cores e formas que compõem a fauna tropical:

Há ainda uma ave marinha, por nome 'guará', igual ao mergulhão, porém de pernas mais compridas, de pescoço igualmente alongado, de bico comprido e adunco; alimenta-se de caranguejos e é muito voraz. Passa por uma metamorfose, como que perpétua, pois na primeira idade cobre-se de penas brancas, que depois se transformam em cor de cinza, e, passado algum tempo, tornam-se segunda vez brancas, de menos alvura todavia das da primeira; por fim ornam-se de uma cor purpúrea lindíssima; estas penas são de grande estimação, entre os índios, que usam delas para enfeitar os cabelos e braços em suas festas. (p. 134)

É, sem dúvida, um desafio descrever a fauna e a flora brasileiras para quem nunca as contemplou em sua superabundância de espécies e variações. José de Anchieta vê-se obrigado a recorrer a um leque de analogias para que o leitor, a tão grande distância física e intelectual, possa ter uma ideia aproximada da variedade de árvores e frutos que enriquecem o retrato do Brasil. Eis a caracterização da *jaçapucaia**:

Na povoação que se chama Espírito Santo é muito comum uma certa árvore muito alta, cujo fruto é admirável. Este é semelhante a uma panela, cuja tampa, como que trabalhada a torno, com que está pendente da árvore, se abre por si mesma quando está maduro: aparecem então dentro muitos frutos semelhantes a castanhas, separadas por delgadas tiras como interpostos septos, muitíssimo agradáveis ao paladar. O vaso ou urna, em que estão encerrados, não é menos duro que a pedra, e pode-se facilmente julgar do seu tamanho pelas castanhas que contém, que passam de cinquenta. (p. 136)

* Trata-se da Sapucaia, termo que se originou do termo *tupi* *iasapuka*'i, que significa "fruto que faz saltar o olho". *Lecythis pisonis*, popularmente conhecida como *sapucaia*, *sapucaieira*, *cumbuca-de-macaco*, *quatetê* e *cabeça-de-macaco*. http://pt.wikipedia.org/wiki/Lecythis_pisonis, acessado em 5/3/2015.



Em primeiro plano, a perfeição e a magnificência da natureza brasileira, descritas num tom eminentemente valorativo, quer na adjetivação, quer no confronto com as referências europeias. De fato, nessa outra certidão da Terra de Santa Cruz, o jesuíta revela ao Velho Mundo os vários retratos físicos do vir a ser Brasil, ao mesmo tempo em que inaugura, em sua versão preliminar, a literatura brasileira cujo pressuposto básico é a consciência da especificidade da terra e de sua gente.

Quanto aos índios, são inúmeras as cartas em que apresenta aspectos físicos e comportamentais dos tupis, tamoios, tupinambás, carijós etc. Na *Carta X*, em análise, comenta quase ao concluir: “*Destes Brasis direi, em último lugar, que quase nenhum se encontra entre eles afetado de deformidade alguma natural; acha-se raramente um cego, um surdo, um mudo ou um coxo, nenhum nascido fora de tempo*”. (p. 139) Em mensagem posterior, de número XV, acrescenta o porquê dessa perfeição física: os indígenas enterravam, tal como fazem alguns animais, os filhos nascidos “*com alguma falta ou deformidade, e por isso mui raramente se acha algum coxo, torto ou mudo em esta nação*”. (p. 249) Não nos deve causar espanto o fato de os brasis praticarem o aborto ou enterrarem, muitas vezes, vivas, as crianças defeituosas; também a civilização grega e a romana, anteriores ao cristianismo, consideravam os filhos posse e propriedade dos pais (PERNOUD, 1980: 20). Cabia ao patriarca decidir os filhos que queria criar e, nesse caso, sobretudo as meninas já nasciam com desvantagem na luta pela vida: frequentemente expostas ao relento, devido à maior rejeição dos pais, ou ao incentivo do Estado ao aumento da população masculina. Na maior parte das sociedades pagãs, a vida não é um valor em si. E o hábito dos brasis de matar filhos e inimigos constituirá um dos mais árduos obstáculos a ser removido para a formação da Nação brasileira.

Para finalizar esta parte do artigo, não poderíamos omitir os dois últimos parágrafos, em que Anchieta torna mais explícita a relação: locutor-interlocutor, sutilmente presente, no decorrer da enunciação da *Carta X*:

Narrei essas cousas brevemente, como pude, posto que não duvides que haja muitas outras dignas de menção, que são desconhecidas a nós, ainda aqui pouco práticos. Rogamos entretanto aos que acham prazer em ler e ouvir estas cousas, queiram tomar o trabalho de orar por nós e pela conversão deste país.

Escrito em São Vicente, que é a última povoação dos Portugueses na Índia Brasílica voltada para o Sul, no ano do Senhor de 1560, no fim do mês de maio.

O mínimo da Companhia de Jesus. (p. 139)

Com simplicidade e realismo, o jesuíta nos apresenta alguns traços físicos da terra e da gente brasileira, isto é, da Nação, sem outra igual, a se fundar.

A delimitação dos costumes

No conjunto das *Cartas* que chegaram até nós, dentre os temas recorrentes, considerados por Anchieta a partir de vários ângulos, estão os costumes indígenas. Por vezes, são comentários rápidos sobre a forma de pescar, sobre os hábitos alimentares ou as relações interpessoais, em que fica patente o quanto os índios igualmente enriqueceram o conhecimento prático dos missionários e os ajudaram na empreitada de construir uma igreja ou uma escola de que os brasis seriam os principais beneficiários. Em carta datada de 1555, escrita em Piratininga, o canarino discorre mais pormenorizadamente sobre a mandioca e a colaboração dos indígenas, atendidos no Colégio, para completar a precária alimentação dos religiosos. O comentário final permite-nos entrever uma das faces do convívio entre índios e jesuítas:

O principal mantimento desta terra é uma farinha de pau, que se faz de certas raízes, que se chamam mandioca, as quais são plantadas e lavradas a este fim, e se se comem cruas ou assadas ou cozidas matam, porque é necessário deixá-las em água até que apodreçam e depois de apodrecidas se fazem em farinha: este é o principal mantimento, com alguns legumes e folhas de mostarda. Também os índios nos dão algumas vezes alguma carne de caça e alguns peixes. (p. 85)

A respeito da prática da pesca, ainda na *Carta X*, o jesuíta assinala o hábito de os índios capturarem os peixes na piracema. Cai por terra a teoria – inerente ao Indianismo Romântico, como desdobramento do “bom selvagem” de Rousseau – de que a convivência entre o indígena e a natureza era sempre harmoniosa. Ao contrário, o estudo e o conhecimento são indispensáveis para a preservação das espécies. “*Em certa quadra do ano apanha-se uma infinita quantidade de peixes; a isso os Índios chamam ‘pirá-iquê’, isto é, ‘entrada dos peixes’; porquanto vêm inúmeros deles de diversas partes do mar, entram para os lugares estreitos e de pouco fundo do mar, a fim de porem as ovas*”. (p.120) Esse gênero de pesca obedece a um planejamento. Quando a multidão de peixes está encurralada e embriagada “*com o suco de um certo lenho que os Índios chamam ‘timbó’, são apanhados sem o mínimo trabalho muitas vezes mais de doze mil peixes grandes. Isso é de tal sorte comum em muitos lugares que, quando os apanham em abundância, os deixam atirados na praia*”. (p. 120-121) Nesses trechos, destaca-se o realismo de quem tudo observa e quantifica, ao lado das



notações hiperbólicas, que traduzem as impressões daquele que se maravilha com a fecundidade da fauna brasileira.

Se considerarmos a totalidade das *Cartas*, cerca de vinte oito, sobressaem as alusões ao hábito que tinham os índios, excetuando-se os carijós e ibirajáras, de matar os inimigos e comê-los. Esse costume era motivo de grande comemoração, regada a bebidas e acompanhada de danças durante vários dias. Guerrear, matar e comer inimigos é um privilégio, e morrer como herói, sem medo da morte e por vingança dos “contrários”, razão de orgulho e um ideal de vida. José de Anchieta enquanto refém dos tamoios em Iperoig, tentou oferecer a oportunidade de se batizar a um índio condenado à morte. O relato do canarino e a argumentação do indígena ilustram bem a representação que os brasis faziam da morte: “(...) ele não quis ser cristão, dizendo que os que nós outros batizávamos não morriam como valentes, e ele queria morrer morte formosa e mostrar sua valentia”. (p. 233) Igualmente Fernão Cardim no item “Do modo como este gentio tem acerca de matar e comer carne humana”, – que figura nos *Tratados da terra e gente do Brasil* – confirma as considerações de Anchieta sobre a carnificina: “De todas as honras e gostos da vida, nenhum é tamanho para este gentio como matar e tomar nomes nas cabeças de seus contrários”. (2009:190) Na cultura indígena, tanto a maturidade do jovem e a consequente possibilidade de se casar se garantiam com a morte de um adversário (ANCHIETA, 1988:442); com o mesmo critério era avaliada a heroicidade, que dependia do número de “contrários” que se lograva capturar e matar. Esse feito legava ao agressor o direito de incluir, em seu nome, o do inimigo; o que o honrava perante seus iguais.

Não pensemos, como frequentemente se divulga, que a prática de comer carne humana* fosse pontual na “Índia Brasileira”, restrita a algumas tribos mais isoladas. Num dos mapeamentos dos lugares habitados pelos brasis, Anchieta informa-nos sobre a extensão geográfica da prática da antropofagia:

Esta Piratininga em que agora estamos, está 24 graus para o meio-dia e toda está, desde a primeira habitação dos portugueses que é em Pernambuco, até aqui e ainda mais adiante, é de 300 lé-

* Muito se tem sublimado a antropofagia dos índios brasileiros, em detrimento dos registros históricos que a descrevem. Na *Carta XV*, em que Anchieta relata a sua experiência de refém, encontramos uma descrição pormenorizada de como se praticava a “carnificina”, tal como a denominava o jesuíta canarino: “(...) levaram [o índio] fora e lhe quebraram a cabeça, e junto com ele mataram outro seu contrário, os quais logo despedaçaram com grandíssimo regozijo, maximè das mulheres, as quais andavam cantando e bailando, umas lhe espetavam com paus agudos os membros cortados, outras untavam as mãos com a gordura deles e andavam untando as caras e bocas às outras, e tal havia que colhia o sangue com as mãos e o lambia, espetáculo abominável, de maneira que tiveram uma boa carniçaria com que se fartar”. (p.226)

guas povoada de Índios que têm por sumo deleite comer-se uns aos outros, e muitas vezes vão à guerra e havendo andado 100 léguas, se cativam três ou quatro, se tornam com eles e com grandes festas e cantares os matam e usam de muitas cerimônias gentílicas, e assim os comem bebendo muito vinho, que o fazem de raízes, e os miseráveis dos cativos se têm por mui honrados por morrer morte, que ao seu parecer, é mui gloriosa”. (p. 84)

No que diz respeito ao matrimônio, tanto nas *Cartas* quanto nas *Informações e Fragmentos Históricos*, Anchieta se refere às várias mulheres adotadas pelos índios – exceção feita aos carijós – e à naturalidade com que as rejeitadas admitiam as novas uniões. Não há ciúmes entre as mulheres de um único índio e, quando mais velhas, chegam a oferecer índias jovens para fazer o marido mais feliz. Comenta ainda Anchieta sobre as relações conjugais entre idades distintas: “[os índios] às vezes tomam alguma velha de que não esperam filhos, porque não acham outra, somente para que lhes faça de comer, porque se acertam de não terem mãe ou irmãs, que tenham cuidado deles, são coitados, e contentam-se por então com qualquer velha, com que estão bem agasalhados, sempre com olho de tomarem outras de que tenham filhos, como depois fazem, ou deixando a primeira, ou retendo-a, se ela quer, para o efeito sobredito”. (p. 461) Também era costume, entre os ameríndios, oferecer mulheres como prêmio aos amigos e aos inimigos capturados. O índio “contrário”, condenado à morte, tinha direito a uma mulher que o serviria em todas as suas necessidades (CARDIM, 2009: 191).

A notável inferioridade da mulher na cultura indígena não é prerrogativa das tribos brasileiras. A hegemonia masculina e a inferioridade do feminino estavam presentes nas civilizações mais desenvolvidas da Antiguidade. A mulher não figura no Direito Romano, porque não tinha direitos (PERNOUD, 1980:20). Estava sempre sob a tutela de um homem, do pai ou irmão mais velho, quando solteira; ou do marido, depois do casamento (MASSEY, s/d:1). Quando se casava, tanto em Esparta e Atenas, quanto em Roma, a mulher deveria ser portadora de um dote para compensar as despesas que o marido teria com ela. Na Grécia, o marido não incluía a mulher em suas relações sociais e de lazer; e dela prescindia quando recebia os amigos em sua casa; à mulher cabia a ala interior e doméstica da residência. Em Esparta, o marido poderia oferecer sua mulher a um amigo, para com ela gerar filhos, se ele próprio já tivesse um número suficiente de herdeiros (VRISSIMSTZ, s/d:43). Segundo Le Goff e outros historiadores da condição feminina, o grande salto de qualidade na valorização da mulher só se daria com o casamento monogâmico e cristão, responsável pela simetria de direitos entre os consortes; e ao qual se reconheceu o *status* de sacramento (2008: 23; TOURBET, 1986:137).



Nas *Cartas*, além da poligamia, outro costume indígena, apontado por Anchieta como obstáculo à catequese, era a falta de limites na bebedeira, que costumava se arrastar por muitos dias, enquanto duravam as festas, culminando frequentemente no completo desregramento sexual ou na violência contra a mulher. Encontramos referências a esses hábitos também nos autos do canarino. Na *Peça da aldeia de Guaraparim*, Anchieta, põe na boca do Diabo, a interpretação da origem desses vícios: “*À noite, / depois de eles beberem muito, / vou cochichar aos ouvidos dos homens, / ajudando-os acerca das mulheres, incitando-os a desejarem-nas, / fazendo-os agredir a elas*”. (v.114-119) E Aimberé, um dos diabos da mesma peça, para mostrar seu poderio sobre os índios incrimina-os perante S. Sebastião, que os defende: “*E esses rapazes / que perseguem mulheres, / cobiçam escravas / nas casas dos brancos / e fogem depois ?*”. (v. 415-419) Em outro fragmento, um dos diabos salienta a prática da violência contra a mulher, via de regra, decorrente de estar o índio “*envenenado de bebida*”. “*Pois então, apesar de arrependido, / agredias mulheres? / Embora não fosse briguenta, / tu espancaste a pau tua esposa*”. (v. 540-545)

A violência contra a mulher, em suas várias modalidades, foi presença constante tanto nas sociedades grega e romana, quanto nas tribos bárbaras, que povoaram a Europa a partir do século V. Na Grécia e em Roma, com o intuito de divorciar-se e reter o dote da mulher, o marido podia caluniar a esposa como adúltera; o que lhe dava o direito de repudiá-la e despojá-la de seus bens, mesmo sem a devida comprovação legal de adultério (BALDSON, 1998:217). Em decorrência, era frequente a pobreza entre as mulheres viúvas e divorciadas: os seres mais vulneráveis das sociedades antigas. Igualmente na Idade Média, não obstante o fato de a Igreja divulgar e propor, como paradigma para o casal, uma relação de amor e respeito, e considerar procedimento hediondo a violência contra a mulher; ainda assim, muitas esposas foram assassinadas na cozinha, local em que se dispunha dos instrumentos necessários para esquartejar os animais (VERDON, 2006; 53). A respeito do comportamento violento de jovens escandinavos do ano 1000, comenta Duby que a sociedade de origem os expulsava para os países vizinhos, para lá fazerem suas arruaças, pois “*de tal jorro de violência, as mulheres eram naturalmente as primeiras vítimas. Sobre elas se lançavam os piratas, inflamados de todos os fogos da luxúria*”. (1997, p. 63)

É fundamental acrescentar que há algo em comum entre os hábitos de o indígena matar o inimigo e comê-lo, e de oferecer a mulher como prêmio ou espancá-la. Numa cultura fundamentada na guerra, portanto, na força física, há pouco espaço para a liberdade individual e a valorização da mulher. Por isso, encontram sentido simultaneamente a poligamia e os rituais antropofágicos: o essencial é procriar para gerar guerreiros, e comer os “contrários”, para enriquecer-se com a bravura e a destreza do inimigo. A própria construção das casas indígenas: um cômodo amplo, onde habitavam muitos homens com suas mu-

Iheres e filhos, assinala o predomíneo do agrupamento sobre a individualidade. Em resumo, a vida dos brasis não ultrapassava os limites impostos pela tribo: vivia-se e morria-se segundo os ideais bélicos do grupo a que se pertencia.

Merece destaque o fato de as qualidades morais, inerentes à personalidade e ao foro íntimo, serem projetadas para fora na cultura indígena, corporificando-se na figura física do inimigo. Ingere-se e assimila-se a coragem do “contrário”. Embora a filosofia grega, especialmente com Platão, já tivesse proposto a transcendência e a primazia da interioridade sobre o corpo e as inclinações instintivas, o hábito da exteriorização dos sentimentos sob a forma de entidade é uma constante nas epopeias gregas, ao lado da tendência à corporificação dos deuses nas várias formas de mitologias.

Somente com o advento do cristianismo, a percepção e o cultivo da interioridade ganharão mais espaço e relevo em todas as camadas sociais. O hábito do exame de consciência e a prática da confissão estimularam a análise do coração, isto é, da vida interior, de onde procedem o bem e o mal, propiciando ao homem um domínio maior sobre a violência e os impulsos instintivos. O cristão passou a ter certeza de que a vida é um dom de Deus, portanto, um valor em si; pois o homem é mais do que um corpo que se corrompe e acaba; ele é também, à semelhança do Filho de Deus, pessoa: ser único e insubstituível, dotado de livre-arbítrio e destinado à imortalidade. Segundo Fustel de Coulanges, com o cristianismo a religião deixou de ser exterior, para ser espiritual (2003: 305); e a própria oração abandonou a condição de fórmula de magia para se transformar em diálogo íntimo, impregnado de fé e de humildade, de um filho com seu pai: “(...) o temor dos deuses foi substituído pelo amor de Deus” (*loc. cit.*). E a vida e a correspondência de Anchieta são um testemunho eloquente de como foi grande o desafio, assumido pelos jesuítas, de conduzir o indígena brasileiro, de uma cultura da guerra, para uma cultura da vida; recurso, no entanto, indispensável para que os brasis pudessem alcançar o pleno desenvolvimento de suas potencialidades.

O cotidiano, o ensino e a catequese

O projeto de ensinar os índios a contar, a escrever em sua própria língua e de, a eles, transmitir a doutrina cristã não foi apenas uma iniciativa eclesiástica, da Companhia de Jesus para o Brasil, fez parte de um ideal de expansão do cristianismo de que participou, como protagonista, a realeza em Portugal. Sob o estímulo e o patrocínio do Rei D. João III e de D. Sebastião, Nóbrega lançou as bases do ensino público e gratuito na Terra de Santa Cruz. As ordens de D. João III à Companhia de Jesus, dirigidas com frequência a Inácio de Loyola, deixam clara a intenção real de um amplo programa de educação e catequização cristã na Índia, no Japão, na China e no Estado do Brasil; neste caso, dirigido aos



brasis e aos filhos de portugueses. Ao tratar do assunto, Nóbrega comenta em carta de agosto de 1552, dirigida a Simão Rodrigues, “*Trabalhamos para dar princípio a casas que fiquem enquanto o mundo durar*”. (Apud FERREIRA, 1966:35) No fim de 1549, Nóbrega já tinha emitido ordem ao Padre Leonardo Nunes para se fundarem os Reais Colégios de Porto Seguro, Ilhéus, Espírito Santo e São Vicente. E em Carta de julho de 1552, o jesuíta informa que já se instaurara “(...) *aqui uma espécie de seminário ou escola média, onde além de aula de ler, escrever e contar, havia outra de língua portuguesa e até latina*”. (loc. cit., 28-9)

Sem dúvida, é impressionante a visão de futuro do estrategista e pedagogo Manuel de Nóbrega, se levarmos em conta as condições precárias em que se moviam os religiosos, e os obstáculos interpostos por índios e colonizadores ao projeto de educação e catequese. Esse empreendimento real e eclesiástico, que poderíamos humanamente considerar temerário e mesmo inviável, ganharia fundamento e força no ideal cristão de divulgar o Evangelho em todas as partes do mundo, enunciado como último mandato de Cristo aos seus discípulos antes de sua ascensão aos céus: “*Ide, pois, e ensinai a todas as nações; batizai-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Ensinai-as a observar tudo o que vos prescrevi. Eis que estou convosco todos os dias, até o fim do mundo*” (Mt, 28,19-20). O vigor desse propósito universal explica as iniciativas dos jesuítas e o seu respectivo devotamento ao ensino e à catequização dos índios. Tanto o clero quanto o rei humanista, D. João III, tinham consciência da importância dos Colégios para tornar possível a gestação de uma sociedade coesa e organizada.

As disciplinas propostas no programa de Educação luso-brasileira atestam a qualidade e a amplitude do projeto, e o seu vínculo com a cultura greco-latina (FERREIRA, 1966:51), que já servira de fundamento à instrução nos colégios e nas universidades europeias. Na perspectiva cristã, ensinar passou a ser obra de misericórdia. E os conventos e mosteiros concretizaram esse ideal, ao longo de toda a Idade Média, fomentando a preservação da cultura antiga, a pesquisa científica e o cultivo da arte no interior dos edifícios eclesiásticos. Contígua aos mosteiros e abadias, sempre surgia uma escola de ler, escrever e contar, em que se aprendia também a catequese, o canto e a língua latina (*Opus cit.*, 28-9). Imbuídos desse mesmo espírito, e qualificados nos moldes dessa tradição, os jesuítas radicados no Brasil deram início àquelas primeiras escolas, verdadeiras choupanas, que constituiriam, entretanto, o prenúncio das escolas e das universidades do Brasil.

É nesse contexto histórico-cultural de promoção humana e apreço pelo conhecimento, que se inserem os empreendimentos descritos nas *Cartas* pastorais de Anchieta a Santo Inácio de Loyola, a São Francisco de Borja, ou aos Diretores e Provinciais da Companhia de Jesus, para lhes relatar o andamento do ensino e da catequese, além de pedir orações e mais missionários. Essas cartas

narram, com frequência, as pequenas ações e as decisões modestas do cotidiano; e, não obstante a normalidade e a concretude desses afazeres, não podemos deixar de neles reconhecer a gênese de uma Nação e a formação de um povo. Ler os comentários de Anchieta sobre a assistência às parturientes e aos enfermos, sobre o sustento dos órfãos, sobre as aulas dadas aos índios e indiazinhas em Piratininga, ou sobre a fundação de igrejas e cidades é acompanhar, à distância de cinco séculos, a implantação dos alicerces sobre os quais se assentariam as Casas de Misericórdia, as Santas Casas, os Colégios, os Orfanatos; isto é, a Saúde e a Educação no Brasil.

Em algumas *Cartas* pastorais vêm à tona episódios extraordinários, de cunho épico, cheios de dramaticidade, como o assalto ao colégio de Piratininga e a fundação do Rio de Janeiro. Eles emanam da escrita como cenas de um filme a que assistimos com o coração na mão, na fronteira entre a catástrofe e a intervenção divina. No fragmento a seguir, em que ganha vulto o confronto em Piratininga, podemos apalpar a alegria contida de Anchieta, natural em quem vislumbra a vitória iminente, mas não omite o assombro com a destruição perpetrada pelo inimigo:

Ao segundo dia de combate, [os inimigos], vendo-se mui feridos e maltratados, e perdida a esperança de nos poderem entrar, deram-se a matar as vacas dos Cristãos, e mataram muitas, destruindo grande parte dos mantimentos dos campos, e puseram-se a fugir já sobre a tarde, com tanta pressa que não esperava pai por filho, nem irmão por irmão, em cujo alcance saíram os nossos discípulos e tomaram dois deles, um dos quais quis ter por padrinhos os padres chamados por ele, dizendo que o haviam ensinado e catequisado, que seria seu escravo, mas pouco lhe aproveitou, pois sem nos dar conta disso Martim Afonso logo lhe quebrou a cabeça com sua espada de pau pintada e emplumada que para isso tinha já erguida com a bandeira, e assim fez para no mínimo apartar-se dos seus, que tão injustamente vinham para o matar, e a nós outros se Deus o permitisse. (XIV, p. 195)

Em foco, o engenho de Anchieta, repórter e cronista, capaz de interpretar diligentemente os fatos e exprimir a rica experiência humana de estar em linha de batalha sem perder a dimensão sobrenatural dos acontecimentos.

Em outras passagens, narra a labuta dos missionários percorrendo léguas e léguas, entre povoações distantes, para atender os doentes, assistir os agonizantes ou ouvir as confissões de escravos e de portugueses. Os religiosos iam ao encontro dos necessitados, não se importando com o perigo das emboscadas dos inimigos e das tribos hostis. Por vezes, nesses relatos, aflora a subjetividade, tal



como no trecho emblemático de 1555, no qual o ainda irmão José transcreve o que lhe vai na alma, entrelaçando o foro íntimo com a descrição da penúria em que viviam na casa de Piratininga:

(...) e creiam, caríssimos Irmãos, que ainda em estas partes há faltas das cousas exteriores, que Nosso Senhor, a quem as quer assim, por seu amor dá muita alegria interior, o que se vê bem aqui, que desde Janeiro até agora estamos, sendo algumas vezes 20 pessoas, em uma casa feita de madeira e palha, a qual terá de comprido 14 passos e 10 de largo, que nos serve de escola, dormitório e refeitório, enfermaria e cozinha e despensa e com recordar-nos que N. Senhor Jesus Cristo nasceu em um pobre presepe, entre dous animais e morreu em outro lugar mui mais estreito, estamos mui contentes nela e muitas vezes lemos a lição de gramática no campo. (p. 53)

De fato, antes da casa maior, edificada para o ensino e a catequese, mestres e alunos enfrentaram as intempéries e toda sorte de privação; em contrapartida, era visível o interesse dos índios na aprendizagem da escrita tupi, dos rudimentos da aritmética e da catequese. E a pena de Anchieta, ao transcrever a adesão dos brasis, não deixa de traduzir, à sombra das palavras, a ternura íntima do mestre que acompanha com o olhar atento os nativos:

(...) e como ordinariamente o frio nos incomoda da parte de fora, e, dentro da casa, o fumo; preferimos sofrer o incômodo do frio de fora, do que o do fumo de dentro. Já os meninos que frequentam a escola, cujo ânimo não se abala, expostos ao vento e ao frio, agora também aquecendo-se ao calor da fogueira, em paupérrima e antiquíssima, porém, decerto, feliz cabanazinha, vemos que se aplicam à lição. (*loc. cit.*)

Sobre os trabalhos internos e habituais dos jesuítas, comenta o canarino na *Carta XI*, de 1560:

Para não deixar de dizer, pois, o que vem a propósito, quase nenhuma arte das necessárias para o comum uso da vida deixam de fazer os Irmãos; fazemos vestidos, sapatos principalmente alpercatas de um fio como cânhamo, que outros tiramos de uns cardos lançados n'água e curtidos, cujas alpercatas são mui necessárias pela aspereza das selvas e das grandes enchentes d'água: é necessário passar muitas vezes por grande espaço até a cinta, e algumas até o

peito, barbear, curar feridas, sangrar, fazer casas e cousas de barro, e outras semelhantes cousas não se buscam fora, de sorte que a ociosidade não tem lugar algum na casa. (p. 161)

É difícil discernir onde começa ou termina a heroicidade desses religiosos: se nos perigos e no risco de vida afrontados, decorrentes da traição de índios e falsos cristãos; se na disponibilidade incondicional de tudo aprender, de a tudo arrostar e de abrir-se com desassombro à mais rigorosa adversidade.

Os entraves ao ensino e à catequese e, por isso, motivo de contínua apreensão, resultavam da deserção de grupos de índios. Esses alunos, já batizados, quando retornavam ao convívio anterior com seus iguais, quase sempre reasumiam os velhos hábitos: a bebedeira, o desregramento e o adultério, com exceção da antropofagia, que inclusive os desertores passaram a repudiar. Em algumas passagens das *Cartas*, o jesuíta alude à falta de perseverança dos indígenas, apontando, como uma de suas causas, a vida nômade a que estavam acostumados por causa dos conflitos tribais e da sobrevivência com os roçados, a caça e a pesca. Assim comenta o canarino na *Carta IX*:

De maneira que os meninos que antes aprendiam, andam de cá para lá, e não somente não aprendem nada de novo, mas antes perdem o já aprendido; mas não é isso maravilha porque quase é natural desses índios nunca morar em um lugar certo, senão que depois de haver aqui vivido algum tempo se passam a outro lugar. (p. 103)

Em contrapartida, o jesuíta, ainda na *Carta IX*, refere-se ao bom aproveitamento de alguns índios que, interpelados quanto às verdades da fé, mostram saber mais do que outros alunos de família cristã. A esses brasis se reporta, ao acrescentar que:

muitos são assaz aptos para receber o Santíssimo Sacramento da Eucaristia, principalmente dos que chamam Carijós, dos quais muitos se ajuntaram aqui por amor da nossa doutrina; nestes reluz mais fervor e prontidão às cousas divinas, e são muito mais aparelhados para todas as cousas que estes com que vivemos, os quais não por ignorância porque assaz capacidade de juízo há neles, senão por malícia e pelo longo costume que têm em os males, se deixam de chegar à fé. (p. 104)

Em outra *Carta*, de número I, esclarece-nos as razões por que os carijós e “ibirajáras” estavam mais bem preparados para entender e praticar a doutrina



cristã, pois essas tribos “(...) são na verdade muito mansas e facilmente se chegam à razão; são todas sujeitas a um principal, vive cada um separadamente em sua casa com mulher e filhos, não se alimentam por maneira alguma de carne humana”. E mais especificamente sobre os “ibirajáras”, discorre no mesmo texto: “vivem satisfeitos com uma só mulher, e resguardam cuidadosamente as filhas virgens (o que outros não curam) e a ninguém, senão ao próprio marido, as entregam”. (p.58) O jesuíta, certamente leitor de São Tomás de Aquino, conclui suas reflexões sobre os carijós e “ibirajáras” referindo-se à lei natural: “Não creem em idolatria alguma ou feiticeiro, e levam vantagem a muitíssimos outros em bons costumes, de sorte que parecem aproximar-se da lei mais conforme à natureza”. (loc.cit.)

O êxito do ensino e da catequese, no entanto, estendeu-se a outras tribos e as *Cartas* do missionário relatam inúmeras experiências de conversão e de reconhecimento do trabalho desenvolvido pelos jesuítas. É digno de nota o testemunho do índio Caubi – “principal de Jeribatiba” (p. 185), um dos que auxiliaram os jesuítas na fundação de São Paulo – já com mais de cem anos, deixou sua roça e fazendas que ficavam a duas léguas de Piratininga, para aprender “as cousas de Deus”, sendo um dos que povoaram a vila de São Paulo. Quando retornava às suas terras, antes se dirigia à igreja para se despedir de Deus e, posto de joelhos, dialogava em sua língua: “Senhor, eu vou buscar de comer, hei de tardar tantos dias, guardai-me, que não me aconteça algum mal”, e continua Anchieta:

e [fazia] muitas cousas desta maneira, as quais falava com tanta simplicidade, falava com Deus como falava com os outros, a quem sempre pedia licença antes de ir à jornada (...). E nesta fé e simplicidade permaneceu sempre, ouvindo cada dia missa, e pregando continuamente a seus filhos e netos, que tinha muitos, para que fossem bons, para que cressem em Deus e guardassem o que lhes ensinássemos. (p. 177-8)

Na perspectiva cristã, a maior perfeição não reside na complexa elucubração do adulto ou na intrincada sofisticação do suposto intelectual, mas na simplicidade e na transparência da criança, mais apta ao Reino dos Céus. (Mt 11,25) Deus é simples.* Nessa linha de raciocínio, podemos inferir que Caubi foi um contemplativo que, tal como Santa Teresa de Lisieux séculos depois, viveu a infância espiritual. Testemunhos como o do “principal de Jeritiba” ajudam-nos

* Em Deus não há composição, pois é perfeito. Etienne Gilson, ao resumir o pensamento de São Tomás de Aquino, ressalta: Deus é o ato puro de existir. “Ego sum qui sum”. (Êxodo 3, 13) (2001: 661).

a entender por que não tem sentido a tese de que a cristianização era estranha à índole dos índios; ao contrário, havia nos brasis, da mesma forma do que em outras culturas, uma predisposição intrínseca de abrir-se à instância religiosa e ao amor de um Deus único e universal, o que se manifesta na espiritualidade de Caubi, e esteve igualmente presente na conversão dos celtas, godos, visigodos, escandinavos etc., que povoaram a Europa.

De fato, em suas *Cartas* e, com maior ênfase, na *Informação do Brasil e de suas capitânicas* (1584), Anchieta reporta-se a um obstáculo externo, o mais grave, ao ensino e à conversão dos indígenas, com forte ressonância na sociedade em formação:

Por aqui se vê que os maiores impedimentos nascem dos Portugueses, e o primeiro é não haver neles zelo da salvação dos Índios etiam naqueles incumbit ex officio, antes os têm por selvagens e, ao que mostram, lhes pesa de ouvir dizer que sabem eles alguma cousa da lei de Deus (...). (p. 342)

A seguir Anchieta se faz porta-voz do indígena, abrindo espaço à imagem que infelizmente os brasis faziam do colonizador:

O que mais espanta aos Índios e os faz fugir dos Portugueses e por consequência das igrejas, são as tiranias que com eles se usam obrigando-os a servir toda a sua vida como escravos, apartando mulheres de maridos, pais de filhos, ferrando-os, vendendo-os etc., e se algum, usando de sua liberdade, se vai para as igrejas de seus parentes que são cristãos, não o consentem lá estar, de onde muitas vezes os índios, por não tornarem ao seu poder, fogem pelos matos, e quando mais não podem, antes se vão dar a comer a seus contrários; de maneira que estas injustiças e sem razões foram a causa da destruição das igrejas que estavam congregadas e o são agora de muita perdição dos que estão em seu poder. (*loc.cit.*)

Sobre o assunto, em *Fragments Históricos*, Anchieta acrescenta, referindo-se ao Padre Manuel da Nóbrega, de quem foi fiel companheiro nos empreendimentos mais relevantes na Terra de Santa Cruz:

Era acérrimo defensor da liberdade dos brasis, sem querer admitir na confissão alguém que nisso fosse culpado. Sentia sumamente os roubos e assaltos que se faziam neles; chorava-os, bradava sobre isso publicamente e para remediar o que podia de sua parte, se meteu com os tamoios, como dito é, para fazer pazes



com eles e aplacar a justa ira de Deus contra os portugueses (...).
(p. 477)

Na contramão do cristianismo e em constante conflito com os ideais do Evangelho, a escravidão será sempre um escândalo e, na Província do Brasil, a maior barreira à conversão dos indígenas e à catequização dos negros. As *Cartas* de Anchieta registram traições, ameaças e emboscadas de tribos que se tornaram hostis por causa do procedimento vil de alguns colonizadores, movidos exclusivamente pela ganância e sede de poder, tão bem caracterizados na fala do Velho do Restelo, em *Os Lusíadas*, como aqueles que *à bruta crueza e feridade*, chamam *esforço e valentia* (canto IV, 101-102). Não há solução de continuidade entre *a vã cobiça e a glória de mandar* e, o diametralmente oposto, o projeto de ensino gratuito e de catequização, instituídos como dom.

A formação de um povo

A formação de um povo não se improvisa. É obra do tempo, larga e profunda; para ela concorrem vários fatores históricos e culturais, sempre diversos e dinâmicos, de difícil delimitação. Mas alguns elementos fundadores da integração social se deixam entrever, quando acompanhamos o percurso das ocorrências históricas de uma Nação, não só nos acontecimentos de vulto, mas nas ações correntes, à primeira vista, irrelevantes. É o que ocorre na leitura das *Cartas* de Anchieta. Em algumas passagens, é possível tocar aqueles momentos de solidariedade em que os habitantes de uma região se tornam povo. Uma dessas conjunturas se dá logo após o assalto e o duro combate de Piratininga; passado já o perigo, com a alegria da vitória em forma de cruz, todos os que defenderam o Colégio: índios, portugueses, escravos e jesuítas se uniram ainda mais: muitos alunos do Colégio regressaram ao convívio com os Padres; os escravos foram atendidos em suas necessidades de saúde e conhecimento das "*cousas de Deus*", igualando-se aos demais no combate e na comemoração da vitória, enquanto os portugueses consolidaram a adesão a um objetivo maior do que a busca da sobrevivência ou do enriquecimento nas terras brasileiras.

Notamos que essa adesão se fez notar desde a preparação para a defesa da vila e, como desdobramento, na batalha e no enterro de Tibiriçá, também conhecido pelo nome de batismo, como Martim Afonso de Sousa. Ele foi o grande herói da guerra contra os inimigos de Piratininga. Conclamou todos a socorrer a escola e o que ela representava:

(...) o qual juntou logo toda a sua gente, que estava repartida por três aldeias pequenas, desmanchando suas casas, e deixando todas as suas lavouras para serem destruídas pelos inimigos; e era

tanto o cuidado que tinha de todos os portugueses, que nunca outra coisa fez em cinco dias que estivemos à espera do combate. (p. 197)

Transparece na atuação abnegada de Tibiriçá a consciência de que ele lutava por algo maior do que ele mesmo (CAMPBELL, 1990:131), por um ideal que transcendia os limites de seus bens, de sua etnia e de sua vida:

(...) pregando continuamente de noite e de dia aos seus pelas ruas (como é costume) que defendessem a igreja que os Padres haviam feito para os ensinar a eles e a seus filhos, que Deus lhes daria vitória contra seus inimigos, que tão sem razão lhes queriam dar guerra: e ainda que alguns de seus irmãos e sobrinhos ficaram em uma aldeia sem o querer seguir, e um deles vinha juntamente com os inimigos, e lhe mandou incutir grande medo, que eram muitos e haviam de destruir a vila, teve em mais o amor de nós outros e dos cristãos. (p. 194)

O grande protetor do Colégio priorizou os laços que o ligavam aos Padres e a Cristo em prejuízo do pacto tribal. De forma intuitiva, ou em decorrência das aulas de doutrina e do batismo, ele se constituiu membro da grande família espiritual de Cristo, que é a Igreja. O próprio Tibiriçá deixou clara essa inserção, na altura em que morrera o Padre Pero Correia: “(...) já morreu o senhor do falar, aquele que nos falava a verdade, aquele que com o coração nos amava, já morreu nosso pai, nosso irmão, nosso amigo”. (p. 87) Por outro lado, há um sentido de justiça e de gratidão nas decisões de Tibiriçá, que pressupõe uma atitude de isenção relativamente aos seus: não havia motivo para que se destruísse a vila e o projeto de promoção humana e cristã que desenvolvia em favor dos nativos e dos demais. O caráter universal da cristianização, em sua vertente de ensino e catequese, alargava-se à sua gente, que o índio, com acerto, convocara para salvar Piratininga.

Tibiriçá, logo após a contenda contra os adversários do Colégio, vítima de “*uma doença de câmaras de sangue*”,* veio a falecer. Recebeu nas exéquias uma comovida homenagem dos aliados de Piratininga; o que contribuiu para fortalecer a unidade entre os beneficiários e colaboradores da vila. Com efeito, o ritual e a simbologia do enterro cristão conferiram outra significação àquela solicitude, que excedia o aqui e o agora, para inaugurar as páginas da memória de um povo:

* Doença equivalente, nos dias atuais, à diarreia com fluxo de sangue.



Foi enterrado em nossa igreja com muita honra, acompanhando-o todos os cristãos portugueses com a cera de sua confraria. Ficou toda a Capitania com grande sentimento de sua morte, pela falta que sentem, porque este era o que sustentava todos os outros, conhecendo-se-lhe muitos obrigados pelo trabalho que tomou em defender a terra; mais que todos creio que lhe devemos nós os da Companhia, e por isso determinou dar-lhe em conta não só de benfeitor, mas ainda de fundador e conservador da casa de Piratininga e de nossas vidas; porque havendo ele ajudado a fazê-la com suas próprias mãos, e havendo-nos ajudado a sustentar logo em princípio de sua fundação, quando Também aqui nos ocupamos em a doutrina dos escravos e mulheres dos Portugueses, a qual sempre se continua duas vezes não haviam portugueses alguns, agora o quis fazer Deus nosso defensor(...). (p.197)

É necessário considerar que essas formações esparsas de unificação dos núcleos habitados não se restringiram aos eventos insólitos, mas se realizaram em pequenas iniciativas e incidentes do dia a dia, cuja ressonância sobrepuja a dimensão factual, para introduzir valores e sugerir mudanças de comportamento, ainda que a longo prazo. É o caso das visitas efetuadas pelos jesuítas a lugares mais distantes para prestar assistência aos escravos tanto na saúde quanto na vida espiritual:

Partindo dali voltámos pela praia buscando almas perdidas e desamparadas dos escravos dos cristãos que estão guardando suas lavouras; e achamos em diversos lugares cinco ou seis, e algumas em extrema necessidade de medicina espiritual, uma aqui, outra ali, em pobres cabanas metidas pelas selvas onde fazem seus mantimentos. (p. 202)

As referências ao cuidado com os escravos são contínuas em muitas das *Cartas*:

Nossa conversação com os próximos é costumada: ocupamos na doutrina das cousas da fé e mandamentos de Deus com as mulheres dos cristãos, e seus escravos e escravas, nestes lugares em que dispargidos sempre se colhe algum fruto pela bondade do Senhor. (p. 187)

Há uma instância em que os escravos têm os mesmos direitos e deveres dos demais: a relação com Deus; por isso, foram objeto de incansável diligência.

E aqui já se começa a preparar o caminho para a abolição da escravatura, que se daria em 1888 por iniciativa real. Se em Deus não há acepção de pessoas, e todas são chamadas igualmente à salvação e à filiação divina, a escravidão é um acinte incompatível com a dignidade do ser humano, por quem Cristo derramou seu sangue. O percurso seria longo do ponto de vista legal, mas o grito de liberdade uma vez semeado na espiritualidade, certamente daria seus frutos no âmbito político e social no decorrer do tempo.

Há um sermão do Padre José de Anchieta, proferido em 26 de outubro de 1567, em que é proposto, à reflexão do colonizador, um novo protótipo da relação: senhor-escravo, pautado na vida de Jesus Cristo. Na homilia, Anchieta ressalta a solicitude do Mestre em curar o servo do centurião, dispondo-se a ir pessoalmente até ele, quando não manifestara a mesma deferência com um doente de estirpe real, que curou à distância. É brilhante a transposição da atitude de Cristo para a realidade do público-ouvinte:

Esta é a causa porque Cristo Nosso Senhor deixou de ir curar o filho do rei e se ofereceu tão liberalmente para ir sarar o escravo, para condenar a negligência do homens do Brasil que tão pouco caso fazem de seus escravos, que os deixam estar amancebados e morrer às vezes sem o batismo e sem confissão, e para que saibamos estimar as coisas segundo seu valor, não olhando no escravo, que é boçal e bestial e que me custou meu dinheiro, senão vendo nele representada a imagem de Cristo Nosso Senhor que se fez escravo para salvar este escravo, e me servir como escravo trinta e três anos, por me salvar a mim, que era escravo do diabo, para que eu também me faça agora seu escravo, trabalhando por seu serviço, em salvar-me a mim e a alma do meu escravo. (p. 511)

Cristo e seu intérprete, Anchieta, instauram uma outra lógica na apreciação do ser humano, que se contrapõe à hierarquia social baseada no poder, na riqueza e na aparência.

Em consonância, Jérôme Basquet, ao estudar a sociedade feudal e a colonização da América, refere-se à força igualitária do cristianismo, capaz de inaugurar novos modelos nas relações sociais e políticas (BASCHET, 2006, p. 478). Por sua vez, Coulanges nos aponta a frase de Cristo que mudou o mundo antigo e tornou possível a união de etnias distintas: "*Amai os vossos inimigos*" (Mt 5,44), e que encerra um contínuo apelo de comunhão entre os homens; não oriundo do poder dos exércitos ou da opressão do Império, mas das relações interpessoais e políticas impregnadas de caridade. Os empreendimentos dos jesuítas são um exemplo da eficácia desse novo paradigma de relacionamento humano; em grande parte, responsável pela solução de conflitos e o fomento da



justiça e da paz nos tempos turbulentos da colonização. Aqueles religiosos, sem o poder de legislar ou governar a capitania, detinham, no entanto, a autoridade moral perante índios, portugueses e escravos. Com efeito, em Iperoig, a delegação para o armistício foi bem recebida pelos tamoios, aliados dos franceses contra os portugueses, por causa da presença do Padres: “(...) [as duas partes] praticaram largamente até ficarem satisfeitos, sem suspeita de nenhuma mentira sabendo que iam os Padres, dos quais eles têm notícia de que não tratam, senão de ensinar a palavra de Deus”. (p.208) Foi graças à intervenção de Nóbrega e à abnegação de Anchieta, tornado refém dos tamoios, que se viabilizou um acordo de paz entre essa tribo e os portugueses, sem o qual provavelmente não se teria assentado o padrão de Portugal na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Anchieta e outros irmãos intermediaram várias “gestões diplomáticas” desse teor, que fortaleceram a unidade entre as nações indígenas e os portugueses: importante processo para instaurar um clima de concórdia e entendimento, que está na origem da formação de um povo com distintas matrizes étnicas. É claro que os casamentos formais e sacramentados de raças diferentes, sob o impulso dos religiosos, sempre atentos à mancebia entre brancos e negros, colaboraram para sugerir que era possível a integração entre as etnias. A miscigenação foi uma importante conquista rumo à brasilidade.

Importa lembrar que os Colégios e Casas dos jesuítas, em sua dimensão de assistência aos enfermos, favoreceram igualmente a criação de um espaço de convergência em que todos eram assistidos. Não se tratava apenas de atender e curar os doentes, mas de acolher cada um com amizade e consideração, com o carinho próprio de família. Os laços da afetividade estabelecem vínculos mais eficazes e duradouros, e predispõem àquela congregação em que o agrupamento ensaia ser povo. Há um comentário de Anchieta sobre os assistidos na enfermaria do Colégio de São Vicente (1565) que expressa, com particular beleza, o ambiente propício à gestação de uma Pátria:

É gente miserável, que em semelhantes enfermidades nem sabem nem têm com que se curem, e assim todos confugem a não nós outros demandando ajuda, e é necessário socorrê-los não só com as medicinas, mas muitas vezes com lhes mandar a levar de comer e a dar-lho por nossas mãos, e não é muito isto em os índios, que são paupérrimos, mesmo os portugueses parece que não sabem viver sem nós outros, assim em suas enfermidades próprias como de seus escravos: em nós outros têm médicos, boticários e enfermeiros; nossa casa é a botica de todos, poucos momentos está quieta a campainha da portaria, uns indo, outros vindo a pedir diversas cousas (,,). (p. 250)

Aos olhos do século XXI, a dedicação incansável de Anchieta pode parecer natural, mas perante os escravos e indígenas chamava muito a atenção. Desconcertava. Determinados gestos de apreço no atendimento aos enfermos, e de cuidado com quem fora injusto com os religiosos, e mesmo inimigo, fugiam completamente ao padrão de comportamento dos brasis. A educação por meio do exemplo é a mais eficiente, quando se trata de sugerir modelos de comportamento que promovem a unidade entre as etnias. Também os pequenos tijolos constroem, ao longo dos anos, o edifício da Nação. Sobre o tema, vale a pena ler, embora longo, o relato de Anchieta em que se apresenta um outro tipo de heroicidade, que as tribos agora tinham a oportunidade de conhecer:

De maneira que os índios me tinham muito crédito, maximè porque eu lhes ocorria a suas enfermidades, e como algum enfermava logo me chamavam, aos quais eu curava (...). Entre esses enfermos foi um que aí estava dos do Rio, que porventura também veio com intenção de me matar, ao qual se inchou uma mão em tanta maneira que toda se corrompeu, a qual eu lhe abri em duas partes com uma lanceta, e a uma foi quase em meio da palma, em que podia bem fechar os olhos às mãos de Cristo Nosso Senhor e junto com isso se lhe empolou o braço até os ombros de umas inflamações tão feias, que os outros não se ousavam de chegar a ele, mas mirando-o de longe, me diziam que o curasse e fizesse não estendessem aquele mal pelos outros, e todos o desampararam sem se doer dele, nem dar-lhe de comer, nem houve entre todos seus parentes quem me buscasse um pouco de mel com que eu o curasse, e ainda que eu lho pagava; eu rompi uma camisa que tinha e curei-o com azeite, buscando-lhe de comer e dando-lhe por minha mão, porque ele não podia, a tudo o qual me ajudava meu companheiro com muita caridade, e às vezes tirávamos da boca esse pouco que podíamos haver, para lho dar, de que os índios se edificavam e contavam-o a outros que vinham de fora (...). (p. 237-8)

Como podemos depreender, a compaixão não é espontânea no ser humano: os índios não a conheciam. Sua manifestação é cultural. Dela temos notícia, com maior evidência, nas livros do Antigo Testamento, mas foi Cristo quem, nas páginas do Evangelho, elevou a misericórdia à plenitude. Não é cristão presenciar o sofrimento do outro, sem padecer com ele, sem experimentar um pouco da sua dor. Na compaixão de Anchieta com quem tentou matá-lo, vira verdade aquela frase sempre desconcertante: "*Amai os vossos inimigos, fazei o bem aos que vos odeiam, orai pelos que vos [maltratam] e perseguem(...)*" (Mt 5, 44). Porém, paralelamente à catequese da vida, implantou-se a catequese da doutrina, indis-



pensável para a formação de uma sociedade coesa, em que direitos e deveres se harmonizam. Sem o substrato de valores morais proposto pela catequese as incipientes e frágeis instituições do Estado do Brasil teriam enorme dificuldade para garantir a justiça e o bem comum. Como fundar uma Nação sem esse conjunto de convicções éticas que afixam as relações políticas e sociais?

De igual modo, no âmbito da catequização e do ensino, a unificação social se construiu com ações diárias, aparentemente de pouca ressonância, mas na realidade vigorosas e constantes, com o poder de conjugar a unidade com a diversidade étnica e cultural, inerente ao povo brasileiro. Os encontros diários ou semanais para difundir as verdades da fé fortaleciam os laços de fraternidade, enquanto convívio de presença física e como descoberta de que Deus estabeleceu com o homem uma aliança de amor; de pai para filhos, e de filhos entre si. O conteúdo desse pacto com a humanidade se concretizou nos mandamentos confiados a Moisés, que Cristo aperfeiçoou de modo cabal no Sermão da Montanha. Ora, o paradigma de comportamento e de ideal de vida sugerido pelo Mestre sempre fomentou atitudes pertinentes para gerar a paz entre os homens e, num plano mais amplo, entre os povos: o desprendimento dos bens, a justiça, a misericórdia, a retidão, a fidelidade ao bem em sua paradoxal dimensão de alegria e sofrimento.

Ao lado das aulas, as cerimônias religiosas, em particular a missa aos domingos, de que as povoações participavam, reunia as etnias em torno do altar, propondo aos ouvintes, como diretrizes da existência, os desdobramentos do “*Amar ao próximo como a si mesmo*”. Em vários momentos da celebração todos eram convidados a contemplar e interpretar a própria vida na perspectiva do amor de Cristo. E as homilias de Anchieta não eram uma paráfrase abstrata da perfeição cristã, mas admoestações incisivas que intimavam à correção de certos costumes vigentes naquela sociedade sem rei nem lei:

(...) todas as vezes que andas subtilizando maneiras, com que lhe leves o seu [do índio] ou lhe tires o ganho que podia haver cristãmente, a Cristo persegues e roubas todo o tempo; todas as vezes que tens a fazenda do pobre órfão e não lha queres pagar, podendo, a Cristo persegues, e lhe bebes o sangue, como lobo faminto. (*Sermão da conversão de São Paulo*, p. 530-1)

Tal como a pedra arremessada às águas de um lago produz círculos cada vez mais largos, o paradigma preconizado por Cristo se difundia, por meio das leituras e homilias das missas, como elemento formador da opinião pública e chamamento contínuo à justiça e à paz.

Conclusão

Ao longo da leitura e comentário das *Cartas*, passando algumas vezes pelos *Sermões* e *Fragmentos Históricos*, tivemos a oportunidade de retroceder aos primórdios da fundação do Brasil. Foi enriquecedor acompanhar as observações de Anchieta nos momentos de descoberta e assombro perante o desconhecido e o insólito. Nesse sentido, a *Carta X* contribuiu para dar a conhecer ao mundo a exuberância da natureza tropical e a especificidade de sua gente, constituindo-se como versão preliminar da Literatura Brasileira. Seus escritos permitiram-nos conviver com os costumes indígenas e revê-los sob o olhar daquele que os conheceu de perto e lhes confiou os anos de seu inteiro existir. O Padre José, como era chamado, apresentou-se ao leitor, isento de preconceitos, em permanente atitude de valorização dos brasis, aos quais dedicou seus conhecimentos de apóstolo, gramático, médico e artista, facultando a todos e, de modo particular, aos índios a possibilidade de transpor os limites de uma cultura da guerra para adentrar a civilização do amor, não obstante os fatos dolorosos que a negavam. Não cometeu a injustiça de segregá-los e deles desistir em função dos riscos que enfrentou ou da esterilidade de algumas iniciativas. Ao contrário, concedeu aos brasis o conhecimento das letras, da aritmética, das artes e da doutrina, garantindo-lhes o pleno desenvolvimento de suas potencialidades. Foi heroico no intento de não abandoná-los a si mesmos, negando-lhes o direito de conhecer o cristianismo e de cultivar a interioridade, onde se dá o conflito entre vícios e virtudes. O usufruir da liberdade humana passa pelo foro íntimo e conduz a caminhos que não se confundem com a lei da sobrevivência das espécies: é um processo lento, incentivado pelo estudo, pela percepção das paixões e pelo domínio dos impulsos instintivos. E o ganho é inestimável: a posse de si mesmo, o convívio com a alteridade e a integração social, de que depende a formação de um povo e a arquitetura de uma Nação. A conquista da liberdade nos moldes cristãos é elevada, pressupõe conhecimento, formação e fidelidade aos desígnios de Deus, mas o homem certamente não merece menos do que ela.

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA:

ANCHIETA, José de. *Cartas, Fragmentos Históricos e Sermões* (Cartas Jesuíticas 3). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade São Paulo, 1988.

Poesias. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade São Paulo, 1989.

BALDSON, John Percy Vyvian Drace. *Roman women: their history and habits*. New York: Barnes&Noble, 1998.



- BASCHET, Jérôme (2006). *A Civilização Feudal: do ano mil à colonização da América*. São Paulo: Ed. Globo.
- CAMÕES, Luís Vaz de. "Os Lusíadas" In: *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Aguilar, 1967.
- CAMPBELL, Joseph. *O Poder do Mito*. São Paulo: Palas Atena, 1990.
- CARDIM, Fernão. *Tratado da Terra e Gente do Brasil*. São Paulo: Hedra, 2009.
- COULANGES, Fustel de. *A Cidade Antiga*. São Paulo: ERT, 2003.
- DUBY, Georges. *Damas do século XII: a lembrança das ancestrais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FERREIRA, Tito Lívio. *História da Educação luso-brasileira*. São Paulo: Saraiva, 1966.
- GILSON, Etienne. *A Filosofia na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- Le GOFF, Jacques. "O Cristianismo libertou as mulheres". In: *Uma longa Idade Média*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p.117-153.
- PERNOUD, Régine. *Les femmes au temps des cathédrales*. Paris: Ed. Stock, 1980.
- MASSEY, Michael. *Women in Ancient Greece and Rome*. Sydney: Cambridge University Press, s/d.
- TOURBET, Pierre. "Le moment carolingien". In: BURGUIÈRE, André et alii. *Histoire de la Famille: temps médiévaux*, v. 2. Paris: Armand Colin, 1986.
- VERDON, Jean. *L'amour au Moyen Age: la chair, le sexe et le sentiment*. Paris: Perrin, 2006.
- VRISSIMTZIS, Nikos. *Love, sex, marriage in ancient Greece*. Trad. do grego para o inglês de Maria Antonpoulous. New York: Polygrama, s/d.